

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

REQUERIMENTO N.º de 2019

(Do Sr. AIRTON FALEIRO)

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre Economia da Floresta e seu papel como alternativa ao desmatamento na Amazônia.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, que seja realizada Audiência Pública debater sobre Economia da Floresta e seu papel como alternativa ao desmatamento na Amazônia.

Para a presente Audiência Pública aqui proposta, solicito que sejam convidados(as):

Lista de convidados

Para participar da Audiência, solicito que sejam convidadas as seguintes pessoas:

- Sr. Raimundo Jean Feitosa Rocha da Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós – COOMFLONA;
- Sr. Manuel Amaral Neto - Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB);
- Sr. Deryck Martins - Diretor Executivo da Associação Brasileira das Concessionárias Florestais (Confloresta)
- Sra. Edilene Duarte da Silva – Representante do Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz
- Senhores Geraldo Bento e Hélio Oliveira Pinto Junior - Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal;
- Sra. Laura de Santis Prada - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA)
- Sr. Iran Pires - Secretário Executivo do Instituto Floresta Tropical (IFT)
- Sr. Mauro Armelim - Diretor dos Amigos da Terra

- Sra. Aline Tristão Bernardes – Diretora Executiva do Forest Stewardship Council (FSC) Conselho de Manejo Florestal

- Sr. Prof. Dr. Edson Vidal – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) é uma unidade da Universidade de São Paulo (USP)

- Sr. Pesquisador Dr. Evandro Orfano Figueiredo – Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no Acre.

- Sr. Valdir Colatto - Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro;

- Sr. Paulo Henrique Marostegan e Carneiro - Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento do Serviço Florestal Brasileiro;

- Sr. Jaine Ariély Cubas Davet - Diretor de Cadastro e Fomento Florestal do Serviço Florestal Brasileiro;

- Sr. Homero de Gorge Cerqueira – Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

- Sr. Eduardo Fortunato Bim - Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

- Sr. Germano Luiz Gomes Vieira – Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA)

- Sra. Denise Hamú – Representante da ONU Meio Ambiente

- Sra. Daniela Lerda - Climate and Land Use Alliance (CLUA)

- Sr. Valdecir José De Souza Tose - Presidente do Banco da Amazônia S/A

- Sr. Gustavo Montezano - Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

JUSTIFICATIVA

O Brasil atingiu índices alarmantes de desmatamento na Amazônia. Hoje, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), já foram convertidos em pastagem e áreas para grãos e agricultura um total aproximado de 26.000 km². Com isso observa-se que a economia da floresta no chão avança em números do desmatamento, financiamentos públicos e em

emissões de CO² colocando em risco o equilíbrio climático e a dispersão de chuvas¹ sobre o território brasileiro.

Em 2009, durante a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP15), o Brasil se comprometeu a reduzir as taxas anuais em 80% até 2020², quando o desmatamento deve ficar em torno de 3 mil quilômetros quadrados anuais.

O controle e fiscalização são ações de governo que contribuem na redução dos índices do desmatamento, mas local e regionalmente causam grandes impactos na economia, gerando a queda de índices importantes para o desenvolvimento humano, social e econômico. As alternativas econômicas com a utilização da floresta em pé devem ser incentivadas como uma forma de combate ao desmatamento. Isso requer a construção de conhecimento e pesquisa, políticas públicas, formação de capacitação de agentes, trabalhadores, técnicos e profissionais graduados de várias áreas das ciências florestais, linhas de financiamento e articulações locais, regionais e nacionais que possam garantir a geração de emprego e distribuição de renda, tendo a floresta como sua principal fonte.

Conforme a Confederação Nacional da Indústria e o Fórum Nacional de Atividades de Base Florestal a Amazônia Legal³, em 2009 a região abrigava o maior número de indústrias da cadeia produtiva do manejo sustentável de florestas naturais, com 71 polos de produção, que abrigam 2,2 mil indústrias, com um faturamento aproximadamente R\$ 5 bilhões, gerando mais de 200 mil empregos diretos e indiretos.

Dos 204 mil empregos, quase 67 mil foram empregos diretos, os quais ocorreram na fase de exploração florestal e processamento da madeira; e 137 mil foram empregos indiretos. Dessa forma, cada emprego direto gerou, em média, 2,06 postos de trabalho relacionados à área.

Segundo Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), instrumento de planejamento da gestão florestal que reúne dados georreferenciados sobre as florestas públicas brasileiras na Amazônia Legal, temos hoje um total de 284,98 milhões de hectares de florestas públicas⁴ que, de alguma forma, dependendo da sua destinação e qualificação, devem garantir uma melhor qualidade de vida às populações indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, pequenos e médios produtores rurais no território brasileiro e principalmente na Amazônia.

¹ DA SILVA DIAS, Maria Assunção Faus; COHEN, Julia Clarinda Paiva; GANDÚ, Adilson Wagner. Interações entre nuvens, chuvas e a biosfera na Amazônia. Acta Amaz., v. 35, n. 2, 2005.

² <https://imazon.org.br/slide/desmatamento/>

³ Cadeia produtiva de florestas nativas/ Confederação Nacional da Indústria Fórum Nacional de Atividades de Base Florestal. – Brasília : CNI/Fórum Florestal, 2012.

⁴ <http://www.florestal.gov.br/cadastro-nacional-de-florestas-publicas/127-informacoes-florestais/cadastro-nacional-de-florestas-publicas-cnfp/1670-cadastro-nacional-de-florestas-publicas-atualizacao-2018>

O Manejo Florestal Sustentável⁵ pode ser uma das estratégias ao desenvolvimento local com sustentabilidade. A sociedade brasileira e a Amazônica precisam pactuar a construção de uma coalização para que possamos dar agilidade, romper os obstáculos, melhorar nossas técnicas de intervenção na floresta, criar assistência técnica de qualidade, criar linhas de acesso, verticalizar a produção e ganhar escala e mercado com a floresta e seus múltiplos usos.

Por isso, a solicitação da Audiência Pública em tela objetiva debater sobre a Economia da Floresta e seu papel como alternativa ao desmatamento na Amazônia, se propondo a ser um espaço de construção de proposições ao executivo e ao legislativo no sentido de regulamentar políticas e programas baseados na economia da floresta em base.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para, juntos, aprovarmos o presente Requerimento e para debatermos esse assunto de grande relevância para o país.

Sala da Comissão em, de de 2019.

AIRTON FALEIRO
Deputado Federal
PT-PA

⁵ <http://www.florestal.gov.br/pngf/manejo-florestal/apresentacao>